

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

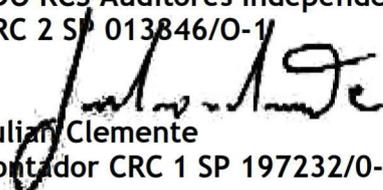


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de abril de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1


Julian Clemente
Contador CRC 1 SP 197232/O-6 - S - RJ


Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador CRC 1SP 223326/O-3

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido	
	Notas	31/12/2017	31/12/2016		
Circulante				Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	5	92	57	Fornecedores	
Títulos e valores mobiliários	5	7.260	6.455	Empréstimo e financiamento	
Estoques	6	1.830	880	Obrigações e encargos trabalhistas	
Impostos e contribuições a compensar	-	434	453	Obrigações tributárias	
Adiantamentos a fornecedores	7	9.071	19.293		
Outras contas a receber	-	24	20		
		18.711	27.158	Não circulante	
Não circulante				Empréstimo e financiamento	
Realizável a longo prazo				Partes relacionadas	
Impostos diferidos	13.2	3.288	2.354	Impostos diferidos	
		3.288	2.354	Adiantamento de cliente	
Ativo financeiro em formação				Total do passivo	
	8	285.834	83.716	Patrimônio líquido	
		289.122	86.070	Capital social	
				Reserva de lucros	
				Total do patrimônio líquido	
Total do ativo		307.833	113.228	Total do passivo e patrimônio líquido	

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações dos resultados Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita de construção de concessão	16	191.935	62.157
Custo de construção de concessão	16	(170.426)	(55.743)
Lucro bruto		<u>21.509</u>	<u>6.414</u>
Despesas operacionais			
Despesas comerciais, gerais e administrativas	17	(2.768)	(854)
Lucro antes do resultado financeiro		<u>18.741</u>	<u>5.560</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	531	1.034
Despesas financeiras	19	(551)	(79)
		<u>(20)</u>	<u>955</u>
Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social		<u>18.721</u>	<u>6.515</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	13.3	(6.371)	(2.217)
Lucro líquido do exercício		<u><u>12.350</u></u>	<u><u>4.298</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	12.350	4.298
Resultado abrangente do exercício	<u>12.350</u>	<u>4.298</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de Reais)

		Capital Social				
	Notas	Subscrito	A integralizar	Integralizado	Reserva Legal	Reser
Em 31 de dezembro de 2015		26.000	(22.903)	3.097	-	
Integralização de capital social	-	-	7.878	7.878	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	175	
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	-	
Em 31 de dezembro de 2016		26.000	(15.025)	10.975	175	
Integralização de capital social	15.1	-	13.581	13.581	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	618	
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	-	
Em 31 de dezembro de 2017		26.000	(1.444)	24.556	793	

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	18.721	6.515
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Margem na construção	(31.692)	(10.366)
Apropriação de juros sobre aplicações financeiras	(523)	(1.039)
Apropriação dos impostos diferidos (pis cofins)	5.000	2.227
	<u>(8.494)</u>	<u>(2.663)</u>
Variações em saldos de ativos e passivos		
Estoques	(950)	(880)
Impostos e contribuições a compensar	117	(155)
Adiantamentos a fornecedores	10.222	4.257
Outras contas a receber	(3)	(3)
Fornecedores	7.957	1.703
Obrigações e encargos trabalhistas	51	153
Obrigações tributárias	611	640
Adiantamento de cliente	115.418	32.077
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>124.929</u>	<u>35.129</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras, líquidas	(381)	3.323
Aquisições do ativo financeiro em formação	(163.122)	(49.148)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	<u>(163.503)</u>	<u>(45.825)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com terceiros		
Captação de empréstimos e financiamentos	23.644	2.575
Caixa proveniente das atividades de financiamento com terceiros	<u>23.644</u>	<u>2.575</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com acionistas		
Capital social	13.581	7.878
Contas-correntes com partes relacionadas	1.384	(86)
Caixa proveniente das atividades de financiamentos com acionistas	<u>14.965</u>	<u>7.792</u>
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>35</u>	<u>(329)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	57	386
No fim do exercício	92	57
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>35</u>	<u>(329)</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de Sorocaba - SP, constituída em julho de 2014, e tem como objeto social, única e exclusivamente sob o regime de concessão, realizar a construção, fornecer equipamentos, bem como, realizar a manutenção e gestão dos serviços não assistenciais em Complexos Hospitalares no Estado de São Paulo, o qual inclui a elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Hospital Estadual de Sorocaba.

O Governo do Estado de São Paulo, via sua Secretaria de Estado da Saúde, com o interesse em aumentar a oferta de serviços assistenciais de saúde prestados à população, identificou especialidades ainda não supridas pelo Poder Público. Diante disso, transferiu à iniciativa privada a construção de novos Complexos Hospitalares, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, bem como a prestação dos serviços "Bata Cinza", visando aprimorar a gestão administrativa e melhorando o atendimento e a oferta de serviços e, nessas condições, a opção que melhor se adequou aos interesses do Estado de São Paulo e ao interesse público foi a contratação de Parceria Público-Privada, no modelo de Concessão Administrativa.

O Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo autorizou a contratação desta Concessão Administrativa, aprovando sua modelagem e incluindo o projeto no Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo, em ato publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de 17/10/2014 - Poder Executivo - Seção I - página 5.

O objeto do Contrato a Concessão Administrativa dos Serviços "Bata Cinza" no Complexo Hospitalar é a realização das obras e investimentos para a construção, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, nos termos das disposições do Contrato, assim resumido:

- i. Elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Complexo Hospitalar, objeto do Contrato;
- ii. Construção e implantação do Complexo Hospitalar;
- iii. Fornecimento, instalação, comissionamento, atualização e manutenção dos equipamentos médico-hospitalares necessários ao Complexo Hospitalar objeto do Contrato;
- iv. Fornecimento, instalação, atualização e manutenção dos mobiliários necessários ao funcionamento do Complexo Hospitalar objeto do Contrato;
- v. Prestação dos Serviços "Bata Cinza";
- vi. Obtenção, aplicação e gestão de todos os recursos financeiros necessários à execução do objeto do Contrato.

O prazo desta Concessão Administrativa será de 20 (vinte) anos, contados a partir da data de assinatura do Termo de Transferência Inicial pelas Partes, prorrogável pelo mesmo período, mediante justificativa apresentada pelo Poder concedente.

A Companhia vem apresentando saldo de capital circulante líquido ("CCL") negativo. Ou seja, as dívidas de curto prazo da Companhia ultrapassam seus recursos de curto prazo, o que evidencia a necessidade de recursos. Para equacionar o CCL negativo em R\$ 72.194 (R\$ 65 positivo em 31/12/2016), a Companhia está projetando:

- (i) Atingir todas as metas de geração de receitas futuras através de contratos firmados com o poder concedente "Governo do Estado de São Paulo", após iniciar as operações em março de 2018.
- (ii) Premissas de suporte financeiro, que se baseiam na captação de recursos junto a terceiros;
- (iii) Suporte financeiro do acionista controlador para eventuais necessidades de fluxo de caixa, captação de recursos junto a terceiros, e eventual fornecimento de aval e suprimento.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia encontra-se em fase operacional de construção do empreendimento.

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 18 de abril de 2018.

Em conformidade com a Orientação "OCPC 07 - Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral", as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, como aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Em conformidade com a Orientação "OCPC 07 - Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral", as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

3. Principais práticas contábeis adotadas

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais em até três meses, e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia possuía aplicação com vencimento superior a 90 dias.

3.2. Estoques

Os estoques são demonstrados ao valor de custo de aquisição ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo do estoque é formado por materiais adquiridos a serem aplicados na construção dos hospitais.

3.3. Adiantamento a fornecedor

Adiantamentos estão demonstrados ao custo e correspondem aos valores pagos ao fornecedor, para execução da construção do futuro Complexo Hospitalar, bens ou serviços que irão compor o custo dos serviços a serem prestados aos clientes.

3.4. Ativo financeiro em formação

Em meados do segundo semestre de 2015 iniciou-se a construção de novos complexos hospitalares, os gastos incorridos da fase de construção dos hospitais, abrange:

- Elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do complexo hospitalar;
- Construção e implantação do complexo hospitalar;
- Fornecimento, instalação, comissionamento, dos equipamentos médicos hospitalares, e dos mobiliários necessários ao complexo hospitalar.

As concessões estão dentro do alcance da ICPC 01 quando se considera que estão de acordo com os termos dos contratos de concessão. O respectivo ativo está classificado como Ativo Financeiro, considerando que existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da autoridade concedente é estabelecido, independentemente do uso do serviço público pelos usuários. Nesse contexto, atendendo ao disposto ICPC 01, estão sendo registrados na conta do ativo financeiro em formação, gastos incorridos que podem ser mensurados com segurança.

3.5. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.6. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.7. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos

As despesas de Imposto de Renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

3.8. Capital social

Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido.

3.9. Apurações do resultado

A receita de construção foi reconhecida considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo financeiro.

A receita de construção foi determinada e reconhecida de acordo com o pronunciamento técnico CPC 17 "Contratos de Construção", segundo o método de Porcentagem de Conclusão POC (Percentage of completion), mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência.

As receitas e despesas de construção tem como contrapartida o ativo financeiro, tendo em vista o direito incondicional de receber caixa do poder concedente.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na Rubrica de "Receitas/Despesas financeiras", permanecendo no resultado do exercício a despesa financeira correspondente ao ativo financeiro.

3.10. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa.

3.11. Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2017 não tiveram impactos nas Demonstrações Contábeis da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2018 ou após, e a Companhia avaliou os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção das normas abaixo e no estágio em que a Companhia se encontra, não há impactos

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

Substitui a norma IAS 39 e endereça algumas questões sobre a aplicação da norma e introduz o conceito de "valor justo contra os resultados abrangentes" para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida, além de incluir requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos e contabilidade de hedge. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

Emissão dessa norma e posteriormente emissão de documento para esclarecimentos sobre a norma. Estabelece princípios de reconhecimento de receita e divulgação de informações sobre a natureza, montante, prazos e incertezas de receitas e fluxos de caixa que se originem de contratos com clientes de uma entidade, bem como no documento emitido posteriormente esclarece sobre aspectos importantes da norma. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2018.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Construcap, acionista majoritário, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

4.2. Risco de mercado

(i) Risco cambial

Considerado praticamente nulo em virtude de a Companhia não possuir ativos ou passivos significativos denominados em moeda estrangeira, bem como não possui dependência significativa de materiais importados para cumprimento dos contratos de construção. Adicionalmente, a Companhia não possui contratos de construção indexados em moeda estrangeira.

(ii) Risco de taxas de juros

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 5.

Adicionalmente, como mencionado na Nota 12, os saldos com partes relacionadas não estão sujeitos a encargos financeiros.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de maneira dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado.

4.3. Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. As análises de riscos individuais são determinadas por ocasião de cada uma das contratações.

4.4. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

4.5. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	92	57
Títulos e valores mobiliários		
Banco do Brasil S.A.	44	5.744
Banco Bradesco S.A.	-	711
Debêntures		
Banco Bradesco S.A.	7.216	-
	<u>7.352</u>	<u>6.512</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de Reais)

As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em debêntures e CDB's dos respectivos bancos com compromisso de recompra e rendem juros que variam entre 95% a 100,8% do CDI.

6. Estoque

Os estoques da Companhia são formados conforme composição abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Estoques	1.157	389
Estoques em poder de terceiros	477	357
Compra para recebimento futuro	196	134
	<u>1.830</u>	<u>880</u>

7. Adiantamento a fornecedor

Os adiantamentos são efetuados ao fornecedor a título de pagamentos antecipado pela contratação de serviços e materiais a serem aplicados nos contratos de construção firmados com clientes. Os adiantamentos serão liquidados mediante a efetiva prestação dos serviços e entrega dos referidos materiais, como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	5.274	19.293
Demais fornecedores	3.797	-
	<u>9.071</u>	<u>19.293</u>

8. Ativo financeiro em formação

	<u>2016</u>	<u>Adições</u>	<u>2017</u>
Custo incorrido			
Construções em andamento	51.202	115.020	166.221
Margem na construção	13.127	31.692	44.819
Encargos sobre empréstimos	8.789	7.304	16.093
Serviços de construção	3.630	922	4.552
Materiais de construção	6.968	27.466	34.435
Equipamentos hospitalares	-	19.714	19.714
	<u>83.716</u>	<u>202.118</u>	<u>285.834</u>

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de Reais)

9. Fornecedores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Philips Medical Systems Ltda	2.158	-
Maquet Do Brasil Equipamentos Medicos Ltda	1.798	-
Barrfab Ind. Com.Imp.Exp.De Equip. Hospitalares	823	-
Leica Do Brasil Importação E Comércio Ltda	587	-
H Strattner & Cia Ltda	439	-
Agile Med Importação E Exportação Ltda	423	-
Laboratorios B Braun S.A	372	-
Dsa Imp E Exp Com E Serv De Sist De Controle Eireli	338	-
Arrow Ecs Brasil Distribuidora Ltda	304	-
Moveis Andrade Ind. E Com. De Moveis Hospitalares	293	-
Lanco Ltda	276	-
Fanem Ltda	241	-
Placo Do Brasil Ltda	-	220
Demais Fornecedores	2.014	1.889
	<u>10.066</u>	<u>2.109</u>

10. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Banco Nacional do Desenvolvimento -BNDES	TJPL + 4,25% a.a. (subcrédito A) e Selic + 4,25% a.a. (subcrédito B)	54.477	48.152
Banco Bradesco S.A	Capital de Giro Pós Fixado 2,19%	24.623	-
		<u>79.100</u>	<u>48.152</u>
Circulante		79.100	23.907
Não circulante		-	24.245

11. Obrigações tributárias

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pis a recolher	121	9
Cofins a recolher	557	40
ICMS a recolher	182	1
ISS a recolher	-	700
IR retido na fonte	1	-
PIS/COFINS/CSLL retido na fonte	23	-
ISS retido na fonte	640	163
	<u>1.524</u>	<u>913</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de Reais)

12. Partes relacionadas

Os saldos das contas correntes passivas representam operações em conta corrente e adiantamentos para futuros aumentos de capital sem vencimento predefinido e não há incidência de encargos financeiros:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas-correntes passivas		
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	1.446	62
Passivo não circulante	<u>1.446</u>	<u>62</u>

Adicionalmente a Companhia possui operações com sua Controladora no montante de R\$ 5.274 (R\$ 19.293 - 2016) as quais estão apresentadas na Nota 7 reconhecido como adiantamento a fornecedor, e o montante de R\$ 166.220 (R\$ 51.202 - 2016) as quais estão apresentadas na nota 8 reconhecido como ativo financeiro em formação, na linha de construções em andamento.

13. Impostos diferidos

13.1. Passivo

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pis diferido	1.400	509
Cofins diferido	6.461	2.352
IRPJ diferido	8.443	3.072
CSLL diferido	3.040	1.106
	<u>19.344</u>	<u>7.039</u>

13.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

Descrição:	Imposto de	Contribuição	Total	Imposto de	Contribuição	Total
	renda	Social	2017	renda	Social	2016
Resultado Contábil	18.720	18.720	18.720	6.515	6.515	6.515
Adições	10.225	10.225	10.225	807	807	807
Exclusões	(31.692)	(31.692)	(31.692)	(10.366)	(10.366)	(10.366)
Base de cálculo	(2.747)	(2.747)	(2.747)	(3.044)	(3.044)	(3.044)
Total do crédito tributário	687	247	934	761	274	1.035
Impostos diferidos registrados no ativo não circulante	<u>2.418</u>	<u>870</u>	<u>3.288</u>	<u>1.731</u>	<u>623</u>	<u>2.354</u>
Descrição:	Imposto de	Contribuição	Total	Imposto de	Contribuição	Total
	renda	Social	2017	renda	Social	2016
Diferenças temporárias:						
Margem da construção	31.692	31.692	31.692	10.366	10.366	10.366
(-) Realização da margem da construção	(10.210)	(10.210)	(10.210)	(802)	(802)	(802)
Base de cálculo	21.482	21.482	21.482	9.564	9.564	9.564
Total do débito tributário	(5.371)	(1.934)	(7.305)	(2.391)	(861)	(3.252)
Impostos diferidos registrados no passivo não circulante	<u>(8.443)</u>	<u>(3.040)</u>	<u>(11.483)</u>	<u>(3.072)</u>	<u>(1.106)</u>	<u>(4.178)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de Reais)

13.3. Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no resultado

Descrição:	Imposto de	Contribuição	Total	Imposto de	Contribuição	Total
	renda	Social		renda	Social	
	2017			2016		
Diferenças temporárias:						
Margem da construção	31.692	31.692	31.692	10.366	10.366	10.366
(-) Realização da margem da construção	(10.210)	(10.210)	(10.210)	(802)	(802)	(802)
Base de cálculo	21.482	21.482	21.482	9.564	9.564	9.564
Total do débito tributário	(5.371)	(1.934)	(7.305)	(2.391)	(861)	(3.252)
Provisão sobre prejuízo fiscal	687	247	934	761	274	1.035
Total registrado na demonstração do resultado	(4.684)	(1.687)	(6.371)	(1.630)	(587)	(2.217)

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a análise de lucros tributários futuros, fundamentada em estudos elaborados com base em premissas internas e externas e em atuais cenários macroeconômicos aprovados pela Administração da Companhia.

14. Adiantamento de cliente

	2017	2016
Governo do Estado de São Paulo	155.729	40.311
	<u>155.729</u>	<u>40.311</u>

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital Social

O capital social subscrito e não integralizado da Companhia é de R\$ 26.000, representado por 26.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, parcialmente integralizado no valor de R\$ 24.556, no exercício foi integralizado o montante de R\$ 13.581 (R\$ 10.975 até o exercício de 2016).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de Reais)

15.2. Dividendos

Observadas as condições do Edital e do Contrato de Concessão com a secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, a Companhia poderá efetuar livre distribuição de dividendos a seus acionistas com base em balanço levantado em cada ano civil, podendo, porém, levantar balanços extraordinários para esse fim; os acionistas terão direito a um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido.

16. Resultado da construção

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita de construção	202.118	66.109
Tributos sobre construção	(10.183)	(3.952)
Receita operacional líquida (b)	191.935	62.157
(-) Custo da construção	(170.426)	(55.743)
Lucro bruto (a)	21.509	6.414
Margem % ((a) / (b))	11,21%	10,32%

17. Despesas comerciais, gerais e administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas com pessoal	(1.210)	(596)
Impostos e taxas	(514)	(64)
Serviços de terceiros	(840)	(48)
Outras despesas administrativas	(204)	(146)
	(2.768)	(854)

18. Receitas financeiras

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Juros sobre aplicações financeiras	523	1.039
Variações monetárias ativas	33	39
Impostos sobre receitas financeiras	(26)	(50)
Outras receitas financeiras	1	6
	531	1.034

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de Reais)

19. Despesas financeiras

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Iof sobre operações financeiras	(329)	(15)
Comissões bancárias	(130)	-
Carta de Crédito	(55)	-
Juros de mora	(16)	(4)
Outros	(21)	(60)
	<u>(551)</u>	<u>(79)</u>

20. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia mantém apólices específicas, como a seguir demonstrado:

<u>Projeto</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante da Cobertura</u>
Hospital de Sorocaba	Garantia setor público	13.629

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	31/12/2017	31/12/2016		Notas	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	92	57	Fornecedores	9	10.066	2.109
Títulos e valores mobiliários	5	7.260	6.455	Empréstimos e financiamentos	10	79.100	23.907
Estoques	6	1.830	880	Obrigações e encargos trabalhistas	-	215	164
Impostos e contribuições a compensar	-	434	453	Obrigações tributárias	11	1.524	913
Adiantamentos a fornecedores	7	9.071	19.293			90.905	27.093
Outras contas a receber	-	24	20				
		18.711	27.158	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	10	-	24.245
Realizável a longo prazo				Partes relacionadas	12	1.446	62
Impostos diferidos	13.2	3.288	2.354	Impostos diferidos	13.1	19.344	7.039
		3.288	2.354	Adiantamento de cliente	14	155.729	40.311
						176.519	71.657
				Total do passivo			
						267.424	98.750
Ativo financeiro em formação	8	285.834	83.716	Patrimônio líquido			
		289.122	86.070	Capital social	15.1	24.556	10.975
				Reserva de lucros	-	15.853	3.503
				Total do patrimônio líquido		40.409	14.478
Total do ativo		307.833	113.228	Total do passivo e patrimônio líquido		307.833	113.228

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações dos resultados
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita de construção de concessão	16	191.935	62.157
Custo de construção de concessão	16	(170.426)	(55.743)
Lucro bruto		<u>21.509</u>	<u>6.414</u>
Despesas operacionais			
Despesas comerciais, gerais e administrativas	17	(2.768)	(854)
Lucro antes do resultado financeiro		<u>18.741</u>	<u>5.560</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	531	1.034
Despesas financeiras	19	(551)	(79)
		<u>(20)</u>	<u>955</u>
Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social		<u>18.721</u>	<u>6.515</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	13.3	(6.371)	(2.217)
Lucro líquido do exercício		<u><u>12.350</u></u>	<u><u>4.298</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	<u>12.350</u>	<u>4.298</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>12.350</u>	<u>4.298</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital Social			Reserva de Lucros			Total do patrimônio líquido
		Subscrito	A integralizar	Integralizado	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros/(prejuízos) Acumulados	
Em 31 de dezembro de 2015		26.000	(22.903)	3.097	-	-	(795)	2.302
Integralização de capital social	-	-	7.878	7.878	-	-	-	7.878
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	4.298	4.298
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	175	-	(175)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	-	3.328	(3.328)	-
Em 31 de dezembro de 2016		26.000	(15.025)	10.975	175	3.328	-	14.478
Integralização de capital social	15.1	-	13.581	13.581	-	-	-	13.581
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	12.350	12.350
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	618	-	(618)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	-	11.732	(11.732)	-
Em 31 de dezembro de 2017		26.000	(1.444)	24.556	793	15.060	-	40.409

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	18.721	6.515
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Margem na construção	(31.692)	(10.366)
Apropriação de juros sobre aplicações financeiras	(523)	(1.039)
Apropriação dos impostos diferidos (pis cofins)	5.000	2.227
	<u>(8.494)</u>	<u>(2.663)</u>
Variações em saldos de ativos e passivos		
Estoques	(950)	(880)
Impostos e contribuições a compensar	117	(155)
Adiantamentos a fornecedores	10.222	4.257
Outras contas a receber	(3)	(3)
Fornecedores	7.957	1.703
Obrigações e encargos trabalhistas	51	153
Obrigações tributárias	611	640
Adiantamento de cliente	115.418	32.077
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>124.929</u>	<u>35.129</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras, líquidas	(381)	3.323
Aquisições do ativo financeiro em formação	(163.122)	(49.148)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	<u>(163.503)</u>	<u>(45.825)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com terceiros		
Captação de empréstimos e financiamentos	23.644	2.575
Caixa proveniente das atividades de financiamento com terceiros	<u>23.644</u>	<u>2.575</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com acionistas		
Capital social	13.581	7.878
Contas-correntes com partes relacionadas	1.384	(86)
Caixa proveniente das atividades de financiamentos com acionistas	<u>14.965</u>	<u>7.792</u>
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>35</u>	<u>(329)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	57	386
No fim do exercício	92	57
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>35</u>	<u>(329)</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de Sorocaba - SP, constituída em julho de 2014, e tem como objeto social, única e exclusivamente sob o regime de concessão, realizar a construção, fornecer equipamentos, bem como, realizar a manutenção e gestão dos serviços não assistenciais em Complexos Hospitalares no Estado de São Paulo, o qual inclui a elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Hospital Estadual de Sorocaba.

O Governo do Estado de São Paulo, via sua Secretaria de Estado da Saúde, com o interesse em aumentar a oferta de serviços assistenciais de saúde prestados à população, identificou especialidades ainda não supridas pelo Poder Público. Diante disso, transferiu à iniciativa privada a construção de novos Complexos Hospitalares, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, bem como a prestação dos serviços "Bata Cinza", visando aprimorar a gestão administrativa e melhorando o atendimento e a oferta de serviços e, nessas condições, a opção que melhor se adequou aos interesses do Estado de São Paulo e ao interesse público foi a contratação de Parceria Público-Privada, no modelo de Concessão Administrativa.

O Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo autorizou a contratação desta Concessão Administrativa, aprovando sua modelagem e incluindo o projeto no Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo, em ato publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de 17/10/2014 - Poder Executivo - Seção I - página 5.

O objeto do Contrato a Concessão Administrativa dos Serviços "Bata Cinza" no Complexo Hospitalar é a realização das obras e investimentos para a construção, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, nos termos das disposições do Contrato, assim resumido:

- i. Elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Complexo Hospitalar, objeto do Contrato;
- ii. Construção e implantação do Complexo Hospitalar;
- iii. Fornecimento, instalação, comissionamento, atualização e manutenção dos equipamentos médico-hospitalares necessários ao Complexo Hospitalar objeto do Contrato;
- iv. Fornecimento, instalação, atualização e manutenção dos mobiliários necessários ao funcionamento do Complexo Hospitalar objeto do Contrato;
- v. Prestação dos Serviços "Bata Cinza";
- vi. Obtenção, aplicação e gestão de todos os recursos financeiros necessários à execução do objeto do Contrato.

O prazo desta Concessão Administrativa será de 20 (vinte) anos, contados a partir da data de assinatura do Termo de Transferência Inicial pelas Partes, prorrogável pelo mesmo período, mediante justificativa apresentada pelo Poder concedente.

A Companhia vem apresentando saldo de capital circulante líquido ("CCL") negativo. Ou seja, as dívidas de curto prazo da Companhia ultrapassam seus recursos de curto prazo, o que evidencia a necessidade de recursos. Para equacionar o CCL negativo em R\$ 72.194 (R\$ 65 positivo em 31/12/2016), a Companhia está projetando:

- (i) Atingir todas as metas de geração de receitas futuras através de contratos firmados com o poder concedente "Governo do Estado de São Paulo", após iniciar as operações em março de 2018.
- (ii) Premissas de suporte financeiro, que se baseiam na captação de recursos junto a terceiros;
- (iii) Suporte financeiro do acionista controlador para eventuais necessidades de fluxo de caixa, captação de recursos junto a terceiros, e eventual fornecimento de aval e suprimento.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia encontra-se em fase operacional de construção do empreendimento.

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 18 de abril de 2018.

Em conformidade com a Orientação "OCPC 07 - Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral", as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, como aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Em conformidade com a Orientação "OCPC 07 - Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral", as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

3. Principais práticas contábeis adotadas

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais em até três meses, e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia possuía aplicação com vencimento superior a 90 dias.

3.2. Estoques

Os estoques são demonstrados ao valor de custo de aquisição ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo do estoque é formado por materiais adquiridos a serem aplicados na construção dos hospitais.

3.3. Adiantamento a fornecedor

Adiantamentos estão demonstrados ao custo e correspondem aos valores pagos ao fornecedor, para execução da construção do futuro Complexo Hospitalar, bens ou serviços que irão compor o custo dos serviços a serem prestados aos clientes.

3.4. Ativo financeiro em formação

Em meados do segundo semestre de 2015 iniciou se a construção de novos complexos hospitalares, os gastos incorridos da fase de construção dos hospitais, abrange:

- Elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do complexo hospitalar;
- Construção e implantação do complexo hospitalar;
- Fornecimento, instalação, comissionamento, dos equipamentos médicos hospitalares, e dos mobiliários necessários ao complexo hospitalar.

As concessões estão dentro do alcance da ICPC 01 quando se considera que estão de acordo com os termos dos contratos de concessão. O respectivo ativo está classificado como Ativo Financeiro, considerando que existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da autoridade concedente é estabelecido, independentemente do uso do serviço público pelos usuários. Nesse contexto, atendendo ao disposto ICPC 01, estão sendo registrados na conta do ativo financeiro em formação, gastos incorridos que podem ser mensurados com segurança.

3.5. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.6. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.7. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos

As despesas de Imposto de Renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

3.8. Capital social

Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido.

3.9. Apurações do resultado

A receita de construção foi reconhecida considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo financeiro.

A receita de construção foi determinada e reconhecida de acordo com o pronunciamento técnico CPC 17 "Contratos de Construção", segundo o método de Porcentagem de Conclusão POC (Percentage of completion), mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência.

As receitas e despesas de construção tem como contrapartida o ativo financeiro, tendo em vista o direito incondicional de receber caixa do poder concedente.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na Rubrica de "Receitas/Despesas financeiras", permanecendo no resultado do exercício a despesa financeira correspondente ao ativo financeiro.

3.10. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa.

3.11. Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2017 não tiveram impactos nas Demonstrações Contábeis da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2018 ou após, e a Companhia avaliou os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção das normas abaixo e no estágio em que a Companhia se encontra, não há impactos

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

Substitui a norma IAS 39 e endereça algumas questões sobre a aplicação da norma e introduz o conceito de "valor justo contra os resultados abrangentes" para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida, além de incluir requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos e contabilidade de hedge. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

Emissão dessa norma e posteriormente emissão de documento para esclarecimentos sobre a norma. Estabelece princípios de reconhecimento de receita e divulgação de informações sobre a natureza, montante, prazos e incertezas de receitas e fluxos de caixa que se originem de contratos com clientes de uma entidade, bem como no documento emitido posteriormente esclarece sobre aspectos importantes da norma. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2018.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Construcap, acionista majoritário, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

4.2. Risco de mercado

(i) Risco cambial

Considerado praticamente nulo em virtude de a Companhia não possuir ativos ou passivos significativos denominados em moeda estrangeira, bem como não possui dependência significativa de materiais importados para cumprimento dos contratos de construção. Adicionalmente, a Companhia não possui contratos de construção indexados em moeda estrangeira.

(ii) Risco de taxas de juros

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 5.

Adicionalmente, como mencionado na Nota 12, os saldos com partes relacionadas não estão sujeitos a encargos financeiros.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de maneira dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado.

4.3. Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. As análises de riscos individuais são determinadas por ocasião de cada uma das contratações.

4.4. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

4.5. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	92	57
Títulos e valores mobiliários		
Banco do Brasil S.A.	44	5.744
Banco Bradesco S.A.	-	711
Debêntures		
Banco Bradesco S.A.	7.216	-
	<u>7.352</u>	<u>6.512</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de Reais)

As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em debêntures e CDB's dos respectivos bancos com compromisso de recompra e rendem juros que variam entre 95% a 100,8% do CDI.

6. Estoque

Os estoques da Companhia são formados conforme composição abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Estoques	1.157	389
Estoques em poder de terceiros	477	357
Compra para recebimento futuro	196	134
	<u>1.830</u>	<u>880</u>

7. Adiantamento a fornecedor

Os adiantamentos são efetuados ao fornecedor a título de pagamentos antecipado pela contratação de serviços e materiais a serem aplicados nos contratos de construção firmados com clientes. Os adiantamentos serão liquidados mediante a efetiva prestação dos serviços e entrega dos referidos materiais, como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	5.274	19.293
Demais fornecedores	3.797	-
	<u>9.071</u>	<u>19.293</u>

8. Ativo financeiro em formação

	<u>2016</u>	<u>Adições</u>	<u>2017</u>
Custo incorrido			
Construções em andamento	51.202	115.020	166.222
Margem na construção	13.127	31.692	44.819
Encargos sobre empréstimos	8.789	7.304	16.093
Serviços de construção	3.630	922	4.552
Materiais de construção	6.968	27.466	34.434
Equipamentos hospitalares	-	19.714	19.714
	<u>83.716</u>	<u>202.118</u>	<u>285.834</u>

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de Reais)

9. Fornecedores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Philips Medical Systems Ltda	2.158	-
Maquet Do Brasil Equipamentos Medicos Ltda	1.798	-
Barrfab Ind. Com.Imp.Exp.De Equip. Hospitalares	823	-
Leica Do Brasil Importação E Comércio Ltda	587	-
H Strattner & Cia Ltda	439	-
Agile Med Importação E Exportação Ltda	423	-
Laboratorios B Braun S.A	372	-
Dsa Imp E Exp Com E Serv De Sist De Controle Eireli	338	-
Arrow Ecs Brasil Distribuidora Ltda	304	-
Moveis Andrade Ind. E Com. De Moveis Hospitalares	293	-
Lanco Ltda	276	-
Fanem Ltda	241	-
Placo Do Brasil Ltda	-	220
Demais Fornecedores	2.014	1.889
	<u>10.066</u>	<u>2.109</u>

10. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos	2017	2016
Banco Nacional do Desenvolvimento -BNDES	TJPL + 4,25% a.a. (subcrédito A) e Selic + 4,25% a.a. (subcrédito B)	54.477	48.152
Banco Bradesco S.A	Capital de Giro Pós Fixado 2,19%	24.623	-
		<u>79.100</u>	<u>48.152</u>
Circulante		79.100	23.907
Não circulante		-	24.245
		<u>79.100</u>	<u>48.152</u>

11. Obrigações tributárias

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pis a recolher	121	9
Cofins a recolher	557	40
ICMS a recolher	182	1
ISS a recolher	-	700
IR retido na fonte	1	-
PIS/COFINS/CSLL retido na fonte	23	-
ISS retido na fonte	640	163
	<u>1.524</u>	<u>913</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de Reais)

12. Partes relacionadas

Os saldos das contas correntes passivas representam operações em conta corrente e adiantamentos para futuros aumentos de capital sem vencimento predefinido e não há incidência de encargos financeiros:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas-correntes passivas		
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	1.446	62
Passivo não circulante	<u>1.446</u>	<u>62</u>

Adicionalmente a Companhia possui operações com sua Controladora no montante de R\$ 5.274 (R\$ 19.293 - 2016) as quais estão apresentadas na Nota 7 reconhecido como adiantamento a fornecedor, e o montante de R\$ 166.222 (R\$ 51.202 - 2016) as quais estão apresentadas na nota 8 reconhecido como ativo financeiro em formação, na linha de construções em andamento.

13. Impostos diferidos

13.1. Passivo

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pis diferido	1.400	509
Cofins diferido	6.461	2.352
IRPJ diferido	8.443	3.072
CSLL diferido	3.040	1.106
	<u>19.344</u>	<u>7.039</u>

13.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

Descrição:	Imposto de	Contribuição	Total	Imposto de	Contribuição	Total
	renda	Social	2017	renda	Social	2016
Resultado Contábil	18.720	18.720	18.720	6.515	6.515	6.515
Adições	10.225	10.225	10.225	807	807	807
Exclusões	(31.692)	(31.692)	(31.692)	(10.366)	(10.366)	(10.366)
Base de cálculo	(2.747)	(2.747)	(2.747)	(3.044)	(3.044)	(3.044)
Total do crédito tributário	687	247	934	761	274	1.035
Impostos diferidos registrados no ativo não circulante	<u>2.418</u>	<u>870</u>	<u>3.288</u>	<u>1.731</u>	<u>623</u>	<u>2.354</u>
Descrição:	Imposto de	Contribuição	Total	Imposto de	Contribuição	Total
	renda	Social	2017	renda	Social	2016
Diferenças temporárias:						
Margem da construção	31.692	31.692	31.692	10.366	10.366	10.366
(-) Realização da margem da construção	(10.210)	(10.210)	(10.210)	(802)	(802)	(802)
Base de cálculo	21.482	21.482	21.482	9.564	9.564	9.564
Total do débito tributário	(5.371)	(1.934)	(7.305)	(2.391)	(861)	(3.252)
Impostos diferidos registrados no passivo não circulante	<u>(8.443)</u>	<u>(3.040)</u>	<u>(11.483)</u>	<u>(3.072)</u>	<u>(1.106)</u>	<u>(4.178)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de Reais)

13.3. Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no resultado

Descrição:	Imposto de	Contribuição	Total	Imposto de	Contribuição	Total
	renda	Social		renda	Social	
	2017			2016		
Diferenças temporárias:						
Margem da construção	31.692	31.692	31.692	10.366	10.366	10.366
(-) Realização da margem da construção	(10.210)	(10.210)	(10.210)	(802)	(802)	(802)
Base de cálculo	21.482	21.482	21.482	9.564	9.564	9.564
Total do débito tributário	(5.371)	(1.934)	(7.305)	(2.391)	(861)	(3.252)
Provisão sobre prejuízo fiscal	687	247	934	761	274	1.035
Total registrado na demonstração do resultado	(4.684)	(1.687)	(6.371)	(1.630)	(587)	(2.217)

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a análise de lucros tributários futuros, fundamentada em estudos elaborados com base em premissas internas e externas e em atuais cenários macroeconômicos aprovados pela Administração da Companhia.

14. Adiantamento de cliente

	2017	2016
Governo do Estado de São Paulo	155.729	40.311
	<u>155.729</u>	<u>40.311</u>

15. Patrimônio Líquido

15.1. Capital Social

O capital social subscrito e não integralizado da Companhia é de R\$ 26.000, representado por 26.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, parcialmente integralizado no valor de R\$ 24.556, no exercício foi integralizado o montante de R\$ 13.581 (R\$ 10.975 até o exercício de 2016).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de Reais)

15.2. Dividendos

Observadas as condições do Edital e do Contrato de Concessão com a secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, a Companhia poderá efetuar livre distribuição de dividendos a seus acionistas com base em balanço levantado em cada ano civil, podendo, porém, levantar balanços extraordinários para esse fim; os acionistas terão direito a um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido.

16. Resultado da construção

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita de construção de concessão	202.118	66.109
Tributos sobre construção	(10.183)	(3.952)
Receita operacional líquida (b)	191.935	62.157
(-) Custo da construção de concessão	(170.426)	(55.743)
Lucro bruto (a)	21.509	6.414
Margem % ((a) / (b))	11,21%	10,32%

17. Despesas comerciais, gerais e administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas com pessoal	(1.210)	(596)
Impostos e taxas	(514)	(64)
Serviços de terceiros	(840)	(48)
Outras despesas administrativas	(204)	(146)
	(2.768)	(854)

18. Receitas financeiras

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Juros sobre aplicações financeiras	523	1.039
Variações monetárias ativas	33	39
Impostos sobre receitas financeiras	(26)	(50)
Outras receitas financeiras	1	6
	531	1.034

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de Reais)

19. Despesas financeiras

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Iof sobre operações financeiras	(329)	(15)
Comissões bancárias	(130)	-
Carta de Crédito	(55)	-
Juros de mora	(16)	(4)
Outros	(21)	(60)
	<u>(551)</u>	<u>(79)</u>

20. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia mantém apólices específicas, como a seguir demonstrado:

<u>Projeto</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante da Cobertura</u>
Hospital de Sorocaba	Garantia setor público	13.629